

God save the queen – A dimensão sagrada e midiática da realeza na contemporaneidade¹

Renato de Almeida Vieira e SILVA

RESUMO

Os principais veículos da mídia mundial e, em especial o telejornalismo, dedicam parte de sua programação a promover a cobertura de celebrações da monarquia, com destaque para os eventos realizados no Reino Unido e sua vasta rede de conexões histórico-geográficas. Recentemente destacaram-se as celebrações do 60º aniversário de coroação da rainha Elisabeth II, da Inglaterra e a cobertura concedida ao casamento do príncipe William, herdeiro da coroa, com Kate Middleton. Esse fascínio da mídia pelos fatos e celebrações da realeza britânica, além do universo comum que cerca o mundo das celebridades na atualidade, sugere reflexão sobre sua conexão com o universo do sagrado na sua construção imaginária por meio da projeção de seus rituais e representações em um contexto de intensa midiaticização. Afinal, porque a monarquia, como regime político mais antigo do mundo e, ao mesmo tempo uma instituição de reduzida participação na atualidade, considerada por muitos como anacrônica, ainda é capaz de produzir narrativas capazes de captar atenções de milhões de telespectadores na atualidade e projetar-se no contexto da sacralidade? É sobre esse tema que pretendemos discorrer neste artigo.

PALAVRAS-CHAVES: Monarquia. Poder simbólico e sagrado. Comunicação. Mídia. Telejornalismo

INTRODUÇÃO

A monarquia e a construção de suas representações míticas e midiáticas. O corpo físico e o corpo mítico da realeza

A partir do século XVI a Europa assistiu à construção e desenvolvimento de estruturas políticas que levaram à construção de uma forma de organização política que lhe é típica: as monarquias nacionais. Organizou-se dessa maneira uma forma de governo na qual o poder político se transmite por hereditariedade, é centralizada no rei e o soberano recebe seu poder diretamente de Deus, nos primórdios desse processo. Essa

¹ Trabalho apresentado na XI Conferência Brasileira de Comunicação Eclesial (Eclesiocom), realizada em Engenheiro Coelho, SP, em 18/08/2016.

forma de governo veio a substituir a forma de organização político-social então representada pelos pequenos feudos e senhores de terras.

Ao recordar Behrens, Lopes (31-1994) destaca: “O monarca absolutista, tal como Deus, que representa na terra, era considerado pai do povo, a quem deveria justiça e misericórdia, em troca de obediência cega[...] a submissão ao pior dos monarcas era preferível à anarquia ou ao governo de pequenos tiranos”.

Formam-se assim as sociedades da Europa feudal , com reforço no plano político de aspectos teórico-doutrinários da Igreja, plenos de simbologias, cujas representações de sua existência passam por dois níveis hierárquicos: um de natureza terrena e existencial e , outro mais elevado, de caráter transcendental, de algo que está acima do mundo terreno e que é a força da qual deriva tudo que existe no mundo. Assim, a organização da sociedade política advém da vontade de Deus, professados pela fé nos princípios cristãos e na Igreja. Por esta razão , a figura mítica do rei e o ato de governar tornam-se sacramentais à luz das sociedades medievais , sendo o governante responsável pela ordem política , guardião da fé e investido de caráter sagrado.

Outro autor destacado nesta análise sobre aspectos míticos que circundam a figura de um rei é Ernst Kantorowicz, que ao final dos anos 50 publicou a obra *Os Dois Corpos do Rei*, na qual traz comparativos entre as tradições medievais e modernas dos atributos míticos reais. Neste trabalho o enfoque é a construção do imaginário e da mística do rei a partir da junção de dois corpos numa única pessoa: um de características naturais e outro político. No corpo puramente humano, o rei estava sujeito ao universo das paixões e da própria morte, tal como ocorre com a humanidade em geral. Além deste, existiria um segundo corpo, de ordem política, representado pela posição destacada e superior do soberano, ocupada na hierarquia social de seus súditos. Da reunião destes dois corpos surge uma unidade de comando em torno do rei, simbolizando a cabeça da nação, pela qual estava o soberano acima da escala social e simbólica dos demais seres:

[...] O Rei possui duas capacidades, pois possui dois Corpos, sendo um deles um Corpo natural, constituído de Membros naturais, como qualquer Homem possui; o outro é um Corpo Político, e seus respectivos Membros são os súditos, e ele e seus Súditos em conjunto compõem a Corporação [...] e ele é incorporado com eles, e eles com ele, e ele é a Cabeça, e eles os Membros, e ele detém o Governo exclusivo deles [...] ou, O poder do rei é o poder de Deus. Esse poder, especificamente é de Deus, por natureza, e do rei pela graça. Donde o rei também é Deus e Cristo, mas pela graça; e o que quer que ele faça, ele o faz não simplesmente como homem, mas como alguém que se tornou Deus e Cristo pela graça (KANTOROWICZ, 1998, p.52).

Ao citar Kantorowicz (1985), Lopes (37-1994) , destaca a formação do corpo místico do rei , sobretudo na Inglaterra , em tempos de afirmação do poder real diante de revoltas dos barões medievais , senhores de terras de então:

“A simbologia do corpo místico do rei expressa-se de forma compreensível através do seguinte arrazoado: o rei possui dois corpos, um dos quais não é senão um corpo físico natural; neste o rei fica sujeito às paixões humanas, estando submetido ainda à morte como o comum dos homens. Entretanto, seu segundo corpo é um corpo político, cujos membros estão representados pelos súditos. Unidos, um e outros compõem a sociedade política da qual o rei simboliza a cabeça. Neste corpo, o rei não se encontra nem a mercê dos apetites humanos nem sob o influxo da morte. Em seu corpo político, o rei nunca morre”

As monarquias que hoje verificamos no mundo, mesmo que na maioria das vezes estejam desprovidas do poder efetivo que detinham no passado, ainda trazem consigo um expressivo poder simbólico em seu exercício, cujas raízes remontam à Idade Média. Para tanto, reúnem elementos do sagrado e do imaginário, constituídos e sustentados ao longo de séculos, na organização de diferentes sociedades onde esta forma de representação política esteve presente.

Ao relembrar Marc Bloch, em seus estudos sobre os Reis Taumaturgos (1993), este autor destaca que os rituais de cura promovidos pela monarquia, especialmente ao final da Idade Média, na Europa, foram precursores da mística construída em torno das representações da realeza e que até hoje subsistem em diferentes culturas e países. Mesmo que a finalidade de alguns desses rituais na atualidade não seja o de práticas curativas, podemos inferir que os ritos utilizados em cerimônias com a presença e apoio de membros do clero local mostram-se repletos de simbolismos, os quais, por sua vez, aproximam os soberanos das divindades e do campo do sagrado. Neste caso específico, convém relembrar que um dos papéis representados pelos soberanos britânicos é o de chefe da Igreja Anglicana, acima, portanto, de qualquer autoridade da hierarquia religiosa do país.

A concessão do caráter mítico ao rei nas sociedades que adotaram essa forma de governo tornou-se então um traço importante de sua cultura e que viria a ultrapassar as fronteiras nacionais por meio das conquistas de novas terras. A partir da formação dos impérios coloniais, onde, com destaque, ingleses, holandeses, franceses, espanhóis e portugueses levaram seu poder civilizatório a todos os cantos do mundo sob seus respectivos domínios, prolongando, dessa maneira, a projeção dos aspectos simbólicos das monarquias até hoje.

Mesmo que os conceitos descritos por Kantorowicz estejam em muito influenciados pela religiosidade das sociedades do período absolutista, vigente nas monarquias europeias desde a Idade Média até o século XVIII, criou-se uma matriz, ou base de pensamento, sobre o processo de construção das representações imaginárias do rei, pelo qual um corpo material, ou humano, que advém com o nascimento, convive igualmente com um corpo espiritual e místico decorrente da ligação entre a realeza e o universo do sagrado, como se o rei divindade fosse, ou seja, escolhido e ungido por Deus. Deste fato podemos extrair dessas passagens o surgimento e manutenção da sucessão de rituais litúrgico-cerimoniais que se realizam desde o nascimento do futuro herdeiro da coroa, avançando sobre suas demais etapas de vida, como a investidura no trono até a sua morte. Este processo se repetiria por meio da linhagem dinástica, onde o sucessor do rei recebe as mesmas prerrogativas do poder, transferidas instantaneamente pela morte do antigo monarca. Esta tradição na Inglaterra, por exemplo, vem desde o século XIII onde, por lei, o trono nunca deve ficar vazio; o país deve ter um herdeiro, garantindo assim a continuidade. Prevalece a concepção de que o rei nunca morre, pois o que de fato existe é a sua sucessão, não havendo vacância ou – *Le roi est mort, vive le roi!* – como diriam os franceses que à sua maneira também praticaram essa forma de conduzir os assuntos de estado sob a monarquia, até o final do século XVIII.

Com o advento das monarquias democráticas europeias e a diminuição da influência religiosa nas relações de poder e na organização das sociedades, diluíram-se também os aspectos da sacralidade atribuídos à figura do rei. Mantiveram-se, no entanto, inúmeros rituais e cerimônias que remontam à Idade Média, como se essas tradições fossem repetidas para preservar não apenas o passado histórico conhecido, como também religar súditos e não súditos àqueles sentimentos místicos e sagrados que parecem sobreviver e resistir ao tempo e às mudanças sociais.

A infinita ritualização de cerimoniais da realeza, ainda visível e presente na contemporaneidade, decorre em parte daquelas inter-relações entre a Igreja Católica e os Estados nacionais que se formavam na Europa e que tinham essa estrutura de convivência no poder. Um dos mais significativos e visíveis exemplos na atualidade é a abertura anual do Parlamento Britânico pela rainha, cujos rituais remontam à Idade Média. Essas tradições criadas ou reinventadas produziram resultados de características híbridas em que ambos os lados – Monarquias, Igreja e estruturas da organização política - tomaram de empréstimo um do outro os símbolos políticos e sagrados de suas representações, materializados pela coroa, tiara, cetro, insígnias, paramentos diversos, manto, indumentárias – roupas e perucas - e estandartes, que de alguma forma também foram incorporados por outros membros do clero e da própria realeza, como cardeais e bispos, príncipes, duques, condes, entre outros pertencentes às estruturas eclesiásticas e da corte.

O processo de construção do imaginário do rei não se encerra apenas nestas premissas históricas, mas com outros desdobramentos que relembram e catalisam elementos do passado remoto, cujos significados estão inseridos na contemporaneidade. Para melhor elucidar esse processo de inserção e relembração do passado histórico e remoto das relações sócio-político-comunicacionais no presente e suas conexões, é o que vamos ver na sequência.

A concessão do caráter mítico ao rei nas sociedades que adotaram essa forma de governo tornou-se então um traço importante de sua cultura e que viria a ultrapassar as fronteiras nacionais por meio das conquistas de novas terras. A partir da formação dos impérios coloniais, ingleses, holandeses, espanhóis e portugueses levaram seu poder civilizatório a todos os cantos do mundo sob seus respectivos domínios prolongando desta forma a projeção dos aspectos simbólicos das monarquias até hoje.

A pesquisadora Lilia Schwarcz (2000), citando o historiador Burke, destaca a dimensão mítica e simbólica dos reis:

“Como dizia Montesquieu, “o esplendor que envolve o rei é parte capital de sua própria pujança”. Mais do que um elogio, a consideração sintetiza particularidades da monarquia, ou mesmo, a dimensão simbólica presente em qualquer tipo de poder público e político. Com efeito, se é só a realeza que introduz o ritual em meio à sua lógica formal e no corpo da lei, pode-se dizer, porém, que não há sistema político que abra mão do aparato cênico, que se conforma tal qual um teatro; em uma grande representação”.

Esta representação se dá sob os mais diferentes ângulos, onde se incluem os gestos, as cerimônias, as roupas, os objetos, a música e a ostentação, que constituem parte importante do reconhecimento público e que de alguma forma conferem-lhe o fascínio e resultados práticos. Para exemplificar, a revista *Veja* (8-fev-2012) destaca a seus leitores o caráter simbólico da monarquia, especialmente a britânica, ao descrever os objetos míticos e seus significados que são utilizados em uma cerimônia de coroação:

“Orbe com cruz sobreposta, um globo de ouro que representa o título real de Defensor da Fé.”

“Braceletes de ouro simbolizando a sinceridade e sabedoria..”

“Coroa imperial de estado, réplica da feita para a rainha Vitória..”

Em outro momento da reportagem, a mesma revista descreve o status quase santificado da rainha como decorrente tanto “do entranhamento da monarquia na história e na psique coletiva dos ingleses quanto do fato de ela ter de pairar como uma entidade

desencarnada sobre assuntos de estado. Não pode sem levemente insinuar opiniões sobre questões políticas, reservando esses comentários nas audiências semanais com o primeiro-ministro”.

Há de se destacar que nos últimos 175 anos de história da Inglaterra, duas rainhas foram responsáveis por mais de 125, contando-se 63 anos de reinado da Rainha Vitória e a atual, Elizabeth II, que já se aproxima de 65 anos de sagração ao trono . Se formos um pouco mais longe – cerca de 500 anos atrás – podemos também contabilizar também, 45 anos de reinado de Elisabeth I, no século XVI. O que corresponde, no total, a notáveis 225 anos de reinado ! Tamanha estabilidade dificilmente será reconhecida pelo mundo afora , o que dá à monarquia britânica uma longevidade singular e uma impressionante capacidade de adaptação a qualquer tempo.

Ressalte-se que essa construção e caráter quase mitológicos da realeza deriva em parte de seu distanciamento dos assuntos temporais, o que dá às monarquias modernas, em geral, a impressão de continuidade, sucessão e previsibilidade aos seus súditos, já que a vida de um monarca é orientada e observada desde o momento em que sua gestação é anunciada e, finaliza – do ponto de vista do ciclo da vida – com a sua morte, podendo em alguns casos sobreviver a ela quando ascendem ao patamar dos mitos históricos.

Mesmo naqueles momentos em que demonstrem, pelos seus atos temporais, proximidade dos demais indivíduos, por meio de comportamentos humanos, traduzidos em separações conjugais ou rompimento de regras protocolares, os membros da realeza sugerem recomposição de imagem e preservação, voltando ao eixo central de conduta esperada para o qual seus membros foram orientados desde a infância, reforçando assim o conjunto de atitudes públicas consideradas exemplares e que deles são esperadas por aqueles que lhes devotam confiança , respeito e admiração.

Registra-se, portanto, um contraste entre os lados temporal , humano e transgressor de regras, que junta-se aos aspectos imaginários e míticos atribuídos à realeza , o que dá aos membros da nobreza uma aura mística única por toda sua existência. A sobrevida dessa construção sagrada da realeza no imaginário popular é objeto da próxima reflexão.

A monarquia e sua construção imaginária

Do ponto de vista histórico podemos observar que passados alguns séculos, o poder temporal e místico dos reis diluiu-se ao longo do tempo. Mas é na Europa que encontramos as monarquias que mais de desenvolveram e se destacaram na criação de importantes processos influenciadores em questões sócio-político-culturais que tiveram

grande repercussão mundial e observa-se, justamente nessa área do mundo , que ainda subexistem monarquias constitucionais tradicionalmente respeitadas e que permanecem no imaginário popular , destacando-se no seio dessas comunidades como o encontro de seus respectivos povos com a sua história.

Existe igualmente um outro lado mítico e simbólico das monarquias , representado pelo composto de lendas e contos de fadas, onde aparecem castelos, cavaleiros, príncipes e princesas , histórias essas que são contadas nas mais variadas sociedades desde a infância. Esse conjunto de lendas, em busca dos mais nobres valores humanos e ambientado no imaginário medieval, tem origem na mitologia escandinava e celta, incluindo alguns elementos da mitologia grega, os quais persistem até nossos dias agregando novos elementos , linguagens e significados.

Desde histórias como a de Romeu e Julieta , de Shakespeare , até o Senhor dos Anéis ou Harry Potter, obras surgidas na literatura contemporânea e traduzidos para o cinema, com milhões e milhões de espectadores em todo o mundo, utilizaram-se dos ingredientes mágicos desse universo simbólico , onde misturam-se nobres, fadas , reis , princesas, e mágicos , compondo um rico quadro artístico e romântico .

Uma dessas histórias é a tradicional lenda de A Bela Adormecida , onde o personagem principal representado por um príncipe é capaz de libertar uma jovem da maldição de uma bruxa que a condenou ao sono eterno , despertando-a através de um beijo, demonstrando que o amor é capaz de vencer o mal.

Há também maldições que fizeram com que príncipes se tornassem sapos e fossem libertados dessa condição por providenciais fadas, e por vezes magos , a quem cabem o papel de se contrapor ao papel das bruxas , mais identificadas com o mal. As princesas por sua vez são em geral mulheres perfeitas, cuja beleza, honestidade e piedade, estão acima de qualquer suspeita. São, por conseguinte, candidatas a obter o príncipe encantado em suas vidas, vivendo para sempre felizes, construindo assim o estereótipo da eterna felicidade no mundo imaginário de muitas adolescentes. O imaginário construído a partir da fantasia de que homens e mulheres são sujeitos unidos por suas qualidades , porém ignorando seus defeitos, leva à ilusão de que os “príncipes e princesas” são personagens acima do bem e do mal, fato esse que é desmistificado com o passar dos anos pelo próprio amadurecimento nas relações pessoais e situações de vida em geral.

No entanto a mística erguida em torno do ideal romântico da eterna felicidade ainda povoa o pensamento da adolescência. Difícil é quando esse imaginário perdura pelos muitos e muitos anos da fase adulta, já que viver nesse mundo imaginário nem sempre vai ajudar homens e mulheres a serem felizes.

Assim , o imaginário e o simbólico se juntam em diferentes nuances e se recriam , formando novas interpretações, permanecendo, no caso da monarquia, para algumas sociedades, como um residual de influência obtidos por meio de seculares processos de formação sócio-cultural desses grupos humanos.

Segundo Carvalho (10-2007), “a elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro”.

Para o mesmo autor, “o imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias, sem dúvida, mas também por símbolos, alegorias, rituais, mitos. Símbolos e mitos podem, por seu caráter difuso, por sua leitura menos codificada, tornar-se elementos poderosos de projeção de interesses, aspirações e medos coletivos. Na medida em que tenham êxito em atingir o imaginário, podem também plasmar visões de mundo e modelar condutas”.

A rainha Elisabeth II, realizou viagem à Irlanda do Norte, considerada um marco na relação entre as duas nações pelos inúmeros conflitos e atentados promovidos por ambas as partes – ingleses e irlandeses – sejam por motivação política ou religiosa, significou a comunhão histórica dessa parte da Grã-Bretanha sob administração do governo de Londres. O lado simbólico dessa visita, construída pela diplomacia oficial para que a rainha, figura máxima e exemplar da estrutura do estado, pudesse representar o resgate dessas relações e utilizasse em seus discursos, como definido por Benveniste (11-2011), dos recursos da enunciação, colocando ambas as partes numa relação de dependência mútua, celebrando o reencontro dessas duas partes componentes do território britânico e historicamente conflituada por questões separatistas.

A rainha, por sua vez, na sua representação simbólica, utilizava a cor verde no vestuário em sua chegada, sendo esse tom o símbolo nacional da Irlanda, contabilizando mais uma demonstração de apreço à identidade daquele país e ressaltando que também é soberana daquele país.

Vale lembrar que o príncipe herdeiro Charles também se utiliza de vestimentas próprias quando em visita as diferentes regiões da Grã-Bretanha, tais como a Escócia, onde procura vestir-se com um tipo de saia xadrez, denominada *kilt*, demonstrando aproximação e apreço pelos súditos locais. Essa linguagem simbólica professada por meio da indumentária é parte integrante do processo de identidade com que a monarquia se aproxima de seu povo e assim se perpetua na memória cotidiana. Por esta razão é amplamente utilizada pela realeza britânica e tem seus fundamentos na constituição de um código cultural inglês, aqui descrito como a herança comportamental e de sentimentos coletivos que se formaram na sociedade ao longo de séculos.

Buscamos também em Clotaire Rapaille (164-2007), algumas das referências culturais britânicas para tentar decifrar o que este universo simbólico nos remete:

“O Código inglês para a Inglaterra é CLASSE. Há um forte senso (e consenso) entre os ingleses de que eles provêm de um estrato social mais elevado do que outras pessoas. Isso nasce da longa história da Inglaterra como líder mundial (“o Sol nunca se põe no Império Britânico”) e das mensagens transmitidas de geração em geração no sentido de que ser inglês é um privilégio especial que a pessoa recebe ao nascer”.

Vamos então buscar na história alguns outros elementos que deram à realeza britânica seu caráter mítico e que reforçam existência no campo simbólico.

A monarquia britânica e o poder simbólico.

A Grã-Bretanha vive sob o regime monárquico há quase 1.000 anos. E, embora a realeza já não possua mais do que um poder simbólico, as atribuições cotidianas dos herdeiros contemporâneos, os noivados e casamentos reais continuam a atrair a atenção do público – não só dos britânicos, como em boa parte do mundo. Um exemplo disso é o burburinho em torno do casamento do príncipe William com Kate Middleton, sua noiva plebeia. A relevância da monarquia para a política britânica pode até ser colocada em discussão, mas a capacidade da realeza de promover festas e eventos memoráveis nunca esteve em dúvida.

A monarquia britânica, mesmo desprovida de poderes de governar há 795 anos, quando foi promulgada a Carta Magna, que justamente separou as atividades de estado daquelas de governo, não pode ser considerada como ornamental. Do ponto de vista da organização dos poderes na Grã-Bretanha cabe ao monarca a chefia do estado e a aprovação do primeiro-ministro, indicado pelo Parlamento. Desde o final do século XIX foi estabelecido que o monarca possui três direitos: “o direito de ser consultado, o direito de aconselhar e o direito de advertir”.

Vale lembrar que as conversas semanais e reservadas entre o monarca e seu primeiro-ministro jamais vêm a público ou são publicadas na mídia, apesar das especulações em torno do tema. A soberana britânica – e isso já dura mais de 65 anos – só profere discursos oficiais, sem jamais ter concedido uma só entrevista. Seus pontos de vista sobre os negócios de estado não são expressos publicamente e deduz-se que são tratados exclusivamente nas audiências com o primeiro-ministro.

O capital político segundo Bourdieu (187 – 2011) “ é uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa, ou a um objeto, os próprios poderes que eles reconhecem”.

Ao relembrar Benveniste, Bourdieu destaca a análise da *fides* e sua ambiguidade:

“Força objetiva que pode ser objetivada nas coisas (e, em particular, em tudo o que a faz simbólica do poder, tronos, cetros e coroas), produto de atos subjetivos de reconhecimento e que, enquanto crédito e credibilidade, só existe na representação e pela representação, na confiança e pela confiança, na crença e pela crença, na obediência e pela obediência. O poder simbólico é um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, uma fides, uma auctoritas, que ele lhe confia pondo nele a sua confiança. É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito vê que ele existe”

Talvez um dos motivos que explicam a longevidade da monarquia britânica é justamente ter-se afastado das decisões políticas. Essa separação começou a ser moldada no século XIV, quando surgiram as duas Câmaras parlamentares, a dos comuns e a dos lordes. Mas o rei manteve a supremacia até 1689. Naquele ano, durante uma grave crise de sucessão, uma lei definiu o Parlamento como autoridade máxima. O poder político

foi gradativamente transferido para as mãos do povo, sem que fosse preciso decapitar o monarca, como fizeram os franceses no século XVIII. Atualmente, o monarca chefia o estado e (sempre) aprova a indicação do primeiro-ministro feita pela Câmara dos Comuns. Desde o fim do século XIX ficou acertado que o monarca tem três direitos – “o direito de ser consultado, o direito de aconselhar e o direito de advertir”.

Ter uma família real de alta visibilidade e poder restrito à esfera simbólica em um sistema parlamentar e uma constituição baseada nos usos e costumes, são peculiaridades nacionais únicas da Grã-Bretanha. Todos os anos a rainha abre os trabalhos do Parlamento com a coroa na cabeça, pronunciando um discurso escrito não exatamente por ela, mas pelo governo. Sem a política entre seus afazeres, a realeza passou a se dedicar mais ao papel de referência social, principalmente a partir do celebrado reinado da rainha Vitória, o mais longo da história do país — de 1837 a 1901. No âmbito doméstico, Vitória se aproximou da população como modelo de conduta. Um modelo rígido, sem dúvida, mas com face humana que viria a se denominar de a Era Vitoriana.

No século XIX, o constitucionalista Walter Bagehot previu que o show da monarquia teria uma vida longa: “Quanto mais democráticos nos tornarmos, mais iremos apreciar a pompa e o espetáculo, que sempre agradaram ao povo”. Será que aqui não vale a pena relembrar o nosso conhecido carnavalesco Joãozinho Trinta, quando em entrevista pela televisão declarou que “ quem gosta de miséria é intelectual, pobre gosta de luxo”, e talvez tenha sido preconizador entre nós dessa afeição popular pela pompa e a circunstância, apenas parafraseando o título de uma conhecida música de origem inglesa frequentemente utilizada em rituais solenes ?

Até aqui, a história e a mídia tem provado que ambos estão corretos (o historiador e o carnavalesco).. Em setembro de 1969, 500 milhões de expectadores de todo o mundo assistiram à cerimônia em que Charles ganhou o título de príncipe de Gales, concedido aos primogênitos dos reis britânicos. Já em 1981, essa audiência aumentou e mais de 1 bilhão de pessoas assistiram ao suntuoso casamento de Charles e Diana. As comemorações do Jubileu de Ouro da rainha Elizabeth II, em 2002, contaram até mesmo com a presença do roqueiro Ozzy Osbourne. Também não faltou emoção – e audiência – no aniversário de 100 anos da rainha-mãe, Elizabeth I, em 2000, e no seu enterro, dois anos mais tarde.

O forte aparato midiático se completou com as celebrações do casamento do príncipe Willian e do 60º aniversário de reinado de Elisabeth II, ambos transmitidos pela televisão e internet com audiência calculada em mais de 2 bilhões de pessoas em todo o mundo, fazendo com que o espetáculo da realeza se mantivesse vivo nos corações e mentes de seus “súditos-admiradores” ou “súditos-espectadores”.

Hoje, a realeza tem seu papel mais restrito na criação de contos de fadas em tempos modernos, nem sempre com finais felizes, diante dos dramas do casamento entre o príncipe Charles e a princesa Diana. O conturbado fim do casamento e a morte trágica da princesa renovaram o interesse pelo trono, criando nos filhos de Diana novos

modelos de comportamento. Tal interesse é reflexo de um dilema britânico. Ainda que considerem a monarquia arcaica, os ingleses não conseguem solucionar uma questão: o que fazer com ela.

A realeza está tão arraigada na estrutura política e social que eliminá-la da noite para o dia seria atentar contra a própria unidade nacional. Produzir assunto para a mesa de refeições e dividir as afeições dos súditos talvez não sejam justificativas suficientes para os 13 milhões de dólares gastos anualmente na Inglaterra somente com funcionários da corte e compromissos oficiais. Mas a existência de um monarca é vista por muitos como base da democracia do país, o que faz com que hoje essa popularidade atinja 83% da população britânica.

Mas no caso brasileiro, somos receptivos aos símbolos da realeza? É possível aferir algumas indicações neste sentido, como veremos a seguir.

A monarquia no imaginário popular brasileiro

O Brasil foi sede do único império das Américas, originado da colonização europeia, não considerando, para efeito desse estudo, aqueles formados pelas antigas civilizações que por aqui viviam em diferentes pontos da América Latina, quando os primeiros colonizadores chegaram. Foi um caldeirão de influências sociais e políticas durante o longo período onde predominou a aristocracia nos trópicos, onde se mesclavam mecanismos simbólicos de diferentes origens, tais como portuguesas, francesas, espanholas, austríacas e inglesas.

Durante o período colonial o rei era uma figura distante, já que o imaginário local era apenas despertado pelas gravuras e imagens dos soberanos cunhadas em moedas que chegavam nas embarcações. Quando a família real portuguesa chegou, no início do século XIX, tivemos de fato a personificação de um rei e todo aparato de rituais simbólicos, hierarquias, títulos, vestuário e regras de etiqueta característicos da monarquia.

A partir de então são formados vários discursos simbólicos em torno do rei e da família real, de acordo com cada período histórico, construindo de fato a imagem de um rei entre os brasileiros e não aquele personagem distante ao qual estavam acostumados. No caso brasileiro observamos três momentos bem distintos desta construção:

- o de D. João VI, que trazia fortes resquícios da monarquia absolutista europeia e o poder divino do rei, com as características de quem estava por aqui de passagem, podendo retornar a qualquer momento à sua terra de origem, fato esse que se realizou.

- o segundo momento, marcado pela transição da Independência, faz da figura de D. Pedro I um rei dividido entre dois mundos – Portugal e Brasil – e em torno de quem

misturavam-se elementos da cultura européia associados a uma “cultura mulata”, a qual o imperador se integrou desde muito jovem, quando aqui chegou.

- um terceiro momento é marcado pelo período governado por D. Pedro II, formando de fato a “monarquia tropical”, onde misturavam-se celebrações e símbolos da tradição européia com aqueles de tradição africana e local. Vale lembrar que o manto utilizado pelo imperador em sua coroação trazia penas e plumas de aves silvestres brasileiras.

Era provavelmente um ensaio da modernidade do poder monárquico onde o soberano buscava juntar as referências de sua linhagem – Bourbon, Bragança e Habsburgo – com os elementos da cultura local, aproximando a figura do soberano com seu povo. Neste aspecto, Schwarcz ao citar Burke, destaca que o historiador “insiste na noção de espetáculo ao apresentar os monarcas modernos como os inventores do marketing político. O rei era celebrado e glorificado, uma vez que o objetivo central consistia em “persuadir o público de sua grandeza”.

Destaca a antropóloga que “o interessante é entender não apenas a articulação das imagens da realeza e sua manipulação, mas principalmente como os enunciados são incorporados pelos súditos, que alteram, valorizam, reduzem, selecionam, omitem os discursos veiculados. Se é evidente que havia nesse teatro da corte uma intenção, por vezes previsível, é também fato que sua leitura é múltipla e contextual. É desse relacionamento circular elaborado de influências recíprocas, de cima para baixo, bem como de baixo para cima, que se faz a cultura”

Neste sentido, não basta imaginar apenas uma recepção cultural passiva por parte dos grupos populares e nem mesmo um estranhamento absoluto da cultura oficial. A cultura é dinâmica na medida em que está sempre em movimento, alimentada por um jogo contínuo. No Brasil a monarquia investiu em sua afirmação ritual e teatral. Títulos, cortejos, procissões, manuais de civilidade, pinturas, história e poesia fizeram parte da construção desse processo que por meio de memória e de monumentalidade procurava ganhar espaços na representação nacional”

Recebemos assim uma herança imaginária e ao mesmo tempo real deixada pela experiência monárquica em nosso país. Se não mais existem príncipes e princesas de fato entre nós, ainda subsistem lembranças desse período por meio das manifestações populares na música, espetáculos, concursos, relações comerciais e religiosas, formando um universo de representações híbridas na cultura e na comunicação de massa.

Não é por um acaso que denominamos o jogador Pelé como o Rei do Futebol; ou o cantor Roberto Carlos simplesmente “o Rei”; quando assistimos à eleição do Rei e da Rainha do Carnaval a cada ano; ao reconhecer Xuxa, como a “Rainha dos Baixinhos”; ao comprarmos pães na padaria batizada de a “Rainha dos Pães”; quando visitamos o “Rei dos Pneus” ou o “Supermercados Princesa” ou quando reconhecemos aquela cantora baiana como a “Rainha do Axé”; ou, ainda, ao assistirmos às evoluções do Rei

e da Rainha do Maracatu , com sua forte herança mística africana , tentando traduzir o brilho da realeza para as tradições populares locais.

Estas relações cotidianas são indicadores para captar o imaginário brasileiro em torno da monarquia e o que ela representa. Parece assinalar nas várias esferas de interpretação , tanto mais cultas e refinadas , quanto mais populares, que a concepção do rei deriva da qualificação natural de quem se destaca em seu grupo social e por isso goza de certo status e reconhecimento.

Os símbolos da monarquia por sua vez são uma forma de construção discursiva e não apenas elementos de adorno, capazes de produzir e transmitir modelos e valores associados aos aspectos rituais que os acompanham. E é essa construção discursiva que nos acompanha em nossa formação sócio-cultural e portanto representadas inúmeras vezes pelos meios de comunicação em seus valores simbólicos, os quais são reconhecidos socialmente.

No mundo das celebridades, em que jornais , revistas e internet procuram nos *faits divers*, termo utilizado por Roland Barthes para denominar a cobertura jornalística de escândalos, bizarrices e curiosidades com a finalidade de promover a diversão e a audiência, a monarquia se faz presente e ganha maior popularidade a cada evento. E os seus principais atores parecem saber e se utilizar disso para se promoverem e permanecer em evidência. Vamos então conhecer esse aspecto da monarquia no mundo contemporâneo.

A monarquia britânica na mídia contemporânea

Se Elisabeth I , no século XVI foi a iniciadora do processo que levou a Inglaterra a se tornar a “rainha dos mares” durante 350 anos, ciclo esse comandado e vivenciado , em seu apogeu, pela Rainha Vitória , no século XIX, coube à Elisabeth II o papel de liderar o pós-colonialismo tornando-se líder da Comunidade Britânica de Nações – Commonwealth – cuja principal missão é congregar 54 chefes de estado de antigas colônias em torno de uma língua ou história comum a esses povos que receberam influência britânica.

Esta função simbólico-diplomática da rainha , é exercida desde os 21 anos, quando ainda na condição de princesa , comparece à reunião anual dos chefes de estado e pronuncia o seguinte discurso: “Eu declaro antes de tudo, que minha vida inteira, seja ela longa ou curta, será consagrada aos seus serviços aos seus serviços e ao da nossa grande comunidade imperial à qual todos nós pertencemos. Mas eu não tenho força para levar a cabo esta resolução, a menos que vocês participem comigo e aqui renovo o convite a seu apoio. Deus abençoe a todos vocês que estão dispostos a partilhá-lo”.

A rainha fez inúmeras viagens internacionais e tornou-se a parte mais visível da diplomacia britânica pelos quatro cantos do mundo, sendo notícia em todos os lugares em que passa. Apesar das críticas à sua pompa, seu fausto, seus gastos e rituais considerados obsoletos, a monarquia permanece fiel à sua essência traduzida pela sacralidade, constituída pelo corpo físico do monarca e o que ele representa e transcende a seu tempo, garantindo a partir de um processo de sucessão a sua própria continuidade e consagrada pelo senso comum.

Vale destacar que Sua Majestade Britânica é também chefe da Igreja Anglicana, posição que detém desde 1530 quando ocorreu um cisma entre o Vaticano e o rei Henrique VIII, que fez com que esse se autoproclamasse chefe espiritual da igreja e responsável pela nomeação da hierarquia religiosa local. Esse papel atribuído aos soberanos ingleses é único em todo o mundo, onde ocorre esse sistema de governo. Só se equipara ao que ocorre com os Papas, que representam igualmente os papéis de chefe de Estado, e portanto temporal, acumulado com aquele de ordem religiosa, cuja dimensão pode levar alguns deles ao posto da beatificação.

Somados todos esses aspectos, a monarquia britânica parece prosseguir firme em seu papel constitucional e simbólico, cabendo a seus descendentes ampliar essa representação em suas visitas protocolares, como destacada por essa matéria de *Veja-Rio*:

“Com seus inconfundíveis cabelos ruivos e espetados, o príncipe Harry, neto da rainha Elisabeth II, cumpriu à risca o papel de chamar atenção para uma das mais veneráveis dinastias do planeta. Em sua curta visita ao Rio, o filho de Charles e Diana (que morreu num acidente de carro em Paris em 1997), de 27 anos, passeou de helicóptero, foi a um bar de Ipanema, beijou a bandeira de uma escola de samba, participou de um show de pagode no Complexo do Alemão e rolou pela areia da Praia do Flamengo. Tudo isso para promover a imagem do seu reino às vésperas de sediar a Olimpíada, em Londres, e o regime encarnado por sua avó, que comemora 65 anos no trono”.

A monarquia inglesa sinaliza buscar no caminho midiático a sua permanência no imaginário popular e a estabilidade de sua imagem graças a uma ampla divulgação de sucessivos rituais, facilmente identificados pela audiência, que a consagram em cada evento em torno de uma mesma dinastia. São casamentos, nascimentos, funerais e jubileus, que simbolizam a continuidade e transcendência num mundo onde as coisas cada vez mais se mostram de forma muito veloz e fluida. divulgação midiática

Esta característica do poder simbólico da monarquia é talvez o caráter mais visível de sua sobrevivência no mundo contemporâneo. Pode significar a realização de um

sonho , mesmo que momentâneo onde cada pessoa pode sair de seu lugar comum, de seus problemas, angústias e aflições para vivenciar algo que se imagina ser um conto de fadas dos tempos modernos e que se torna real por meio de personagens e dos ritos reais televisionados.

Num mundo povoado pelas incertezas e dificuldades da vida contemporânea, a fantasia do casamento real se transforma em um enredo de novela sobre cotidiano, onde se misturam elementos da fantasia e do imaginário, como também transitam aparentes contradições. Nesta realidade imaginada os contrastes sociais podem aparentemente dar certo. Plebeias se tornam algum dia princesas, eleitas por um príncipe encantado, projetando desejos íntimos de cada pessoa podendo abrandar de alguma forma a dura realidade da ascensão social e das tensões que a própria vida lhes reserva. O sonho torna-se assim realidade.

Por outro lado a dimensão sagrada da realeza é objeto de culto e celebração, por meio da divulgação midiática de seus eventos, nos quais são reafirmados os princípios de sua conexão com a expressão do espírito nacional e sua comunhão com a sociedade que representam como se todos participassem de um ritual coletivo.

Projetam-se nessas ocasiões as mais variadas expectativas de ordem pessoal. Cada ritual, cada cena, cada ato, cada aparição, cada imagem, tudo isso chega em dimensões planetárias ao telespectador de forma deslumbrante por meio de um aparato midiático cada vez mais sofisticado. As imagens reais e o imaginário por elas despertado se tornam , nesse caso, mais próximos da vida das pessoas comuns, lembrando a estrutura dos folhetins românticos presentes na literatura mundial há pelo menos dois séculos e que permanece até nossos dias sob a forma de narrativas telejornalísticas, produzindo o encantamento naqueles que se sentem tocados por estas histórias, cujos finais costumam ser felizes.

Transportam-se assim as pessoas, midiaticamente, a uma dimensão simbólica, além de sua vivência temporal e cotidiana, pois o sentido da realeza como espetáculo vai além da existência e do lugar comum, vai povoar sentimentos de elevação que costumam ser habitados no universo das crenças de caráter religioso e mítico, que só encontrariam eco por meio de rituais de demonstração de fé e devoção, independente da corrente na qual acreditem. Nesse patamar os soberanos que bem representam seus papéis em vida se aproximam dessas divindades, com a vantagem da proximidade dos seres comuns e, ao mesmo tempo, visíveis a olho nu pelos mais diferentes meios de comunicação. Nesse caso a proximidade do sagrado torna-se magnífica.

BIBLIOGRAFIA

Livros

BARTHES, Roland - *Mitologias*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007

BURKE, Peter – *A fabricação do rei. A construção da imagem pública de Luiz XIV* – Zahar - Rio de Janeiro - 2012

BOURDIEU, Pierre – *O Poder Simbólico* – Bertrand Brasil – Rio de Janeiro – 2009

CAMPBELL, Joseph – *O Poder do Mito* – Palas Athena – São Paulo – 2008

CARVALHO, Murilo J. – *A Formação das Almas* – Companhia das Letras – São Paulo - 2007

ELIADE, Mircea – *Mito e Realidade* – Perspectiva – São Paulo – 2011

LOPES, Marcos A. – *A Imagem da Realeza* - Editora Ática – São Paulo - 1994

ORLANDI, Eni P. – *Análise do Discurso* – Campinas – 2012

RAPAILLE, Clotaire – *O Código Cultural* – Rio de Janeiro – 2007

SILVA, Renato A.V. – *God Save the Queen* – O Imaginário da Realeza Britânica na Mídia – Novas Edições Acadêmicas – NEA – Saarbrücken – Germany - 2015

Artigos de jornais, revistas e citações na internet

O ESTADO DE SÃO PAULO – *Após 60 anos, o brilho da rainha* – 3 junho 2012

REVISTA DE HISTÓRIA – *Isabel – uma princesa de carne e osso* - nº 80 – ano 7 – maio 2012

REVISTA DE ANTROPOLOGIA – *A fabricação do rei* – resenha e comentários de Lilia K. Moritz Schwarcz - Vol. 43 – nº 1 – São Paulo – 2000

REVISTA CONTIGO – *O Casamento Real* - Edição 1859 – 5 maio 2011

REVISTA CONTIGO – *O batizado da futura rainha* - Edição 1915 – 31 maio 2012

REVISTA QUEM – *Willian e Kate* – nº 556 – 6 maio 2011

REVISTA VEJA – *Deus salva a rainha, há sessenta anos* – Edição 2255 – 2 fevereiro 2012

REVISTA VEJA – *O brilho da era elisabetana* – Edição 2272 – 2 junho 2012

REVISTA VEJA-RIO – *Saudades do império* – 03 junho 2012

<http://www.rio.rj.gov.br/culturas/djoao> - acesso em 03/07/2012



ECLESIOCOM



Cátedra Unesco de Comunicação e Desenvolvimento/Universidade Metodista de São Paulo
XI Conferência Brasileira de Comunicação Eclesial
Centro Universitário Adventista de São Paulo - EC, SP, 18/8/2016

<http://veja.abril.com.br/blog/acervo-digital/realeza/o-poder-simbolico-e-os-encantos-da-monarquia-britanica/> 28/04/2011 – acesso em 03/07/2012